

Livro:

Engenheiros do tempo e as visões de Agamenon: História e Memória

Resenhado por Kalina VANDERLEI*

Um livro de memórias pode parecer, à primeira vista, algo demasiadamente pessoal. Um livro de memórias de engenheiros pode parecer história muito esfacelada, muito particularizada. O que essas memórias, de um campo tão técnico e específico, tão particulares, podem dizer para os historiadores?

Esses engenheiros foram agentes de um período em que se buscava com ânsia 'modernizar'. Estudaram, viveram e trabalharam em épocas onde o projeto do Estado era industrializar, desenvolver. E o projeto de Pernambuco era o espelho mais perfeito do projeto nacional. O período de Agamenon Magalhães.

A maioria dos depoentes é de antigos funcionários do Estado. Em suas memórias, trabalhar para o governo surge como um trabalho para o povo. Para eles, o funcionalismo público de então, detém uma aura mística que o funcionalismo de hoje perdeu.

Para entender o que uma história tão particular pode significar para o entendimento de um contexto maior, é necessário saber qual o papel da Memória. Utilizamos aqui as concepções de História e Memória trabalhadas por Antônio Montenegro em *História Oral e Memória - A cultura popular revisitada*. Considerando que, enquanto a História trabalha com o que é posto pela sociedade, com o que vem à tona, com o que é e se torna público, a Memória é fundamentalmente aquelas marcas que a 'realidade' deixou no sujeito. Ou seja, algo pessoal, submerso. A ligação entre memória e história se dá quando o historiador pretende trabalhar com as marcas na memória, individual ou coletiva, deixadas pelo que se tornou fato, o que se tornou público. Trabalhar a Memória é trabalhar o que o indivíduo ou o grupo entendeu do *acontecido*. E como esse entendimento está sempre ligado ao que se conhece do presente e da realidade de cada um, cada releitura sobre o mesmo fato é nova, diferente e completa.

Consideramos, entretanto, outros pontos de vista sobre essa relação Memória/História. Pierre Nora, em *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*, vê essa ligação entre os dois campos interligados como a morte da memória. A memória coletiva, espontânea, morrendo através

* Bolsista de Iniciação Científica - CNPq

das rápidas transformações perpetradas pela História Contemporânea. A memória tendo deixado de ser coletiva, compartilhada pelo grupo, para ser um campo da psiquê, do mental. E dentro desse quadro de perda, de desmemorização, é que se tenta construir lugares específicos que guardem essa memória, lugares para tentar evitar a extinção do que inevitavelmente será extinto. Tenta-se preservar a memória coletiva, que morre no consciente do grupo, em lugares específicos. Os monumentos, ou a história oral. Dessa forma se constrói também a memória histórica, que não é nem memória, porque artificial, e nem história, porque perdeu o senso crítico.

DeDecca em *Memória e Cidadania*, criticando a visão de Nora, se pergunta se não estaríamos então chegando ao fim da história, onde essa ânsia, vista por Nora em seu país, pela preservação de uma memória involuntária, e as rápidas mudanças na histórias levariam a um eterno presente. Um eterno presente, onde as rápidas mudanças fariam esquecer o passado, e o medo de que isso aconteça levaria à construção da artificialidade da memória histórica.

Essa memória histórica, segundo DeDecca, teria nascido com o Estado Nacional. Nascido para criar uma unidade e uma identidade única dentro da nação. E enquanto isso foi levado a efeito com sucesso no primeiro mundo, e hoje entra na profunda crise abordada por Nora, uma crise de história e de memória, no Brasil ainda nem teríamos saído dessa fase. A história brasileira ainda estaria presa à criação de uma identidade nacional.

Sem perder de vista esse quadro geral, onde a História (mudança) destrói a Memória (permanência), e o que sobra é uma 'artificialidade' (memória histórica), vamos trabalhar aqui com as concepções de Montenegro, onde o historiador resgata a riqueza das lembranças individuais deixadas pelos acontecimentos públicos. Não pretendemos criar o artificial do monumento, aqueles lugares com os quais ninguém realmente se identifica. Pretendemos sim, usar a memória como elo, ou peça para construir a história. Não a história como mudança, mas a história como Passado. Como Permanência e Crítica. Talvez não para construir uma identidade nacional, ou regional, e sim para construir consciência.

LEMBRANDO AGAMENON:

Dentro desses depoimentos em *Engenheiros do Tempo - Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco*, buscamos as marcas de lembranças deixadas por Agamenon Magalhães e seu governo durante o Estado Novo. Os posicionamentos políticos dos engenheiros depoentes são variáveis, divergentes, até mesmo opostos. Todos porém retratam a gestão

Agamenon Magalhães como um governo comprometido com o desenvolvimento e o bem-estar social, além da seriedade administrativa, que surge como o grande ideal do funcionalismo público para eles.

A memória dos engenheiros sobre Agamenon é a do servidor público acima mesmo dos senhores oligarcas, comprometido com melhorias sociais, com os trabalhadores urbanos, e o desenvolvimento do Estado. A imagem que o Estado Novo fez de si próprio e o ideário do funcionário do Estado comprometido tão somente com o Estado. E todos engenheiros que viveram e trabalharam para o público no período estão marcados por essa imagem.

Das lembranças dos engenheiros, as mais intensas giram em torno da Liga Social Contra os Mocambos, pela participação ativa que alguns tiveram nela. E apenas um dos depoentes que recorda Agamenon, José Carlos de Barros Borba, guarda lembranças negativas do período. A maior parte das recordações ressaltam o político sério e ativo, que teria se tornado presidente, se não tivesse morrido.

Antônio Baltar, tendo trabalhado construindo casas para a Liga através do Ipsep, lembra o trato do interventor com os 'grandes' que compunham a Liga contra os Mocambos:

"Um outro fato que me vem a memória neste instante refere-se a uma experiência muito rica que tive há aproximadamente trinta anos do que vinha narrando. Eu frequentava, todas as semanas, às segundas-feiras, as reuniões da Liga Social Contra os Mocambos. Agamenon punha em torno de uma mesa, sob a presidência dele, as pessoas mais ricas de Pernambuco: industriais, comerciantes. Gente mesmo da alta finança estava lá. Quando chegava no fim do ano, ele pedia dinheiro para a Liga dos Mocambos. Dizia: examinei o balanço da sua empresa, você ganhou tantos milhões e vamos fazer uma doação. E mais de uma vez eu o vi pegar o cheque que o camarada mandava e dizer: olha, isso é uma vergonha. Bota fora essa cheque e me mande um dez vezes maior que esse."pág. 51

Também Maurício Domingues, representante o Iapi e também construindo casa populares, guarda recordações semelhantes; a rigidez com empresários e industriais, o apoio e o tratamento direto com os encarregados técnicos.

"Agamenon acompanhava o desenvolvimento das obras; nós comparecíamos toda semana à reunião da Liga Social contra o Mocambo. Ele se dirigia, livremente, àqueles empresários e

donos de fábrica. Assisti mais de uma vez o trato rígido dele com os usineiros. Por exemplo, com Othon Linch Bezerra de Melo e com João Santos, que acabou saindo do Recife por causa dele.(....) era homem que, quando queria as coisas, era absolutamente direto e via o serviço público com outro nível. Eu assisti ao tratamento enérgico que ele dava aos submissos secretários, como o Apolônio Sales, José Maria de Albuquerque, o Lubambo e vários outros nomes.”pág. 195.

É Maurício Domingues também quem ressalta os artigos escritos pelo interventor na Folha da Manhã, jornal panfletário da interventoria do Estado. Artigos que impressionaram o engenheiro, como o povo do estado. Artigos que tiveram grande importância no arcabouço ideológico do projeto da interventoria.(pág. 195)

Amaldo Barbalho, não tendo trabalhado com a Liga diretamente, também ressalta a importância social de Agamenon, como o primeiro a se preocupar com a habitação popular.

“E veio Agamenon. E... contrariando as expectativas, o Agamenon fez mais pelo social que o próprio Carlos de Lima. Foi o primeiro governador de Pernambuco que começou a cuidar da habitação popular. Criou diversas vilas. Preendeu empregadores que não construíam casas para as famílias dos seus trabalhadores. naquela época, era mais o homem que trabalhava.

Um dos Lundgren foi uma vez preso por isso. Não estava obedecendo rigorosamente à Lei.”pág.108

A ‘Batalha da Pavimentação’ também é lembrada, o programa para rodovias que interligariam o estado. E aqui também a seriedade política e o dinamismo do homem são ressaltados.

“Agamenon como governador era um político profundamente realista. Agamenon teria sido presidente do Brasil, no lugar de Juscelino. Quando ele quis fazer o seu plano rodoviário-na época eu dirigia a nossa empresa MOVETERRAS- houve uma concorrência. Nessa concorrência ganhou uma empresa, e ele interveio na decisão. A empresa vencedora não tinha condição de fazer todos os serviços. Nessa hora, ele disse: ‘vou dividir’. E foi feita a divisão.”pág.87

É Arlindo Pontual quem relembra essa interferência de Agamenon. E não é sem admiração que essa decisão firme de interferir é citada.

E a firmeza e a dureza com que executava seus projetos são vistas como qualidades. A rigidez com os 'grandes homens' e mesmo com seus secretários pessoais.

Apenas dos depoentes engenheiros que relembrou Agamenon, José Barros Borba não ressalta nenhum desses aspectos. Sua recordação está ligada à deposição de Getúlio, e à volta de Agamenon para o Recife, não festejado, mas sob uma chuva de vaias e ovos, o que José Borba chama de 'festa do ódio'. (pág. 171.) Ele também não esquece, e é dos engenheiros o único que lembra dessa faceta, que a dureza do trato do interventor não era apenas com os 'grandes homens'. Mas se estendia a todos.

"Isso se relaciona com a ditadura do Estado Novo, que hoje é muito suavizada, mas não foi suave de modo algum." Pág. 176.

Dessa forma esse grupo não homogêneo de homens de profissão técnica, funcionários públicos, profissionais liberais, lembram Agamenon e seu período. Sua figura aparece séria e forte tanto entre homens de esquerda (Baltar), quanto de direita (Pontual). E Agamenon e seu estado autoritário e interventorista surgem assim na memória desses engenheiros.

ANALISANDO AGAMENON:

Nas memórias dos engenheiros vemos os governos Agamenon quase indistintamente. Alguns estiveram mais ativos durante o Estado Novo, outros começaram em 50. As lembranças porém, são como de um governo homogêneo, sem intercalações.

A marca mais tangível nos depoimentos sobre o interventor é o realismo político e a intervenção supra classe social. O interventor se encontrava acima das classes sociais e poderia servir de peso na balança, juiz da sociedade e dos desníveis sociais. Retratando ele próprio a figura do papel que o Estado tinha para si. Visão que corresponde à doutrina bismarckiana intervencionista do Estado Novo.

O imaginário do Estado Novo foi divulgado e defendido com fervor nos artigos de Agamenon na Folha da Manhã. Artigos que doutrinavam na visão de cooperação de classes e corporativismo ao mesmo tempo que legitimavam as políticas da interventoria. Pernambuco era o estado modelo do Estado Novo brasileiro.

Maurício Domingues se diz impressionado tanto pela maneira de administrar (que ele considera direta e competente) quanto pelos artigos diários na Folha da Manhã. Mostrando que esses artigos agiam sobre a camada letrada.

As marcas de memória mais vivas são sobre a Liga Contra os Mocambos.

A Liga Social Contra o Mocambo foi criada em 1939, com fundos públicos e doações de entidades privadas. Fazia parte do projeto prioritário de habitação do estado de Pernambuco e de um plano maior contra o êxodo rural para a cidade. O objetivo da Liga era criar vilas operárias, com centros educativo/culturais, em conjunção com a visão de cooperação capital/trabalho. Uma visão fordista de relações de trabalho, onde as indústrias deveriam fornecer meios de bem-estar para os trabalhadores e se beneficiar não apenas do aumento da produção e do controle exercido sobre eles, como também de novos consumidores no mercado.

Mas o projeto da Liga também se ligava ao êxodo rural. Talvez com mais intensidade do que ao modelo fordista de construção de vilas operárias próximas as fábricas. Essa conjunção com o problema rural mais que com a questão urbana, fica visível na medida em que a destruição dos mocambos se dava em escala bem maior que a construção das vilas. Diante da cifra de 45 mil mocambos na capital em 1937, a Liga em 4 anos de funcionamento construiu apenas 5707 casas na capital e 8109 no interior (Dulce Chaves Pandolfi, Pernambuco de Agamenon Magalhães, p.65.).

O Estado propagava a idéia de que a miséria dos mocambos permitia que o pobre continuasse pobre. O mocambo não era resultado da desigualdade e da miséria e sim, causa delas. Ele era também o motivo maior do êxodo do campo para a cidade, pela facilidade de assentamento que oferecia a quem chegasse. Assim, a extinção do mocambo pressupunha a extinção dos problemas relativos a miséria e ao êxodo rural. Destruindo os mocambos, aqueles que não fossem contemplados no projeto de construção de vilas teriam que emigrar para fora da zona urbana, já que se proibia a construção dessas moradias na região metropolitana. Dentro dessa perspectiva, como é colocado por Dulce Pandolfi, o objetivo da Liga era exportar a miséria.

No entanto os objetivos da Liga eram constantemente renovados em discurso. Além de extinguir-se uma praga urbana, construíam-se vilas operárias que garantiam bem-estar ao trabalhador e desenvolvimento à indústria e ainda se amenizava o problema do êxodo para a cidade. Esses objetivos constantemente reinterados, de forma lógica, na estrutura do discurso competente ficaram no imaginário.

Os depoimentos dos engenheiros não mostram que a destruição foi maior que a construção. Arnaldo Barbalho lembra que Agamenon construiu vilas e prendeu industriais que não seguiram suas orientações. Maurício Domingues ressalta o interesse direto do interventor nos trabalhos de construção e, como Antônio Baltar, enfatiza o tratamento severo dado aos empresários membros da Liga. Em nenhum momento é lembrado que a

construção das vilas era muito inferior ao número de mocambos destruídos. E esse talvez seja o aspecto onde as memórias de grupos diferentes sobre um mesmo período se tornam mais gritantemente diferentes. As classes mais baixas que habitavam mocambos e que foram atingidas pela demolição, apesar de legitimarem o projeto e os objetivos da Liga, não podem deixar de registrar a violência do Estado (Antônio Montenegro, *História Oral e Memória-a cultura popular revisitada*).

O tratamento rígido com os empresários que marcou tanto a memória desses engenheiros, é contestado por outros. Montenegro analisa o discurso que Agamenon dirigia aos empresários sob a perspectiva de que o interventor procurava enfatizar no imaginário empresarial uma nova perspectiva de relação de trabalho, e nós acrescentamos, procurava substituir o imaginário patriarcal e senhorial por uma mentalidade fordista mais condizente com um Estado desenvolvido, moderno, que o novo Estado queria criar. Assim, o discurso de Agamenon se constituiria de duas vertentes; a Força, como argumento para os moradores dos mocambos; e a Persuasão, como argumento aos empresários e proprietários. Sob essa perspectiva, a memória de um interventor forte, acima da sociedade, é parte apenas de um imaginário de grupo, que fazia parte da máquina estatal acima da sociedade, e que se dissolve, ou melhor, se ofusca ante uma visão mais ampliada e uma análise aprofundada dos discursos.

Bibliografia

- ENGENHEIROS DO TEMPO-MEMÓRIAS DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO; Montenegro, Siqueira, Aguiar.
- HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA-A CULTURA POPULAR REVISITADA; Antônio Torres Montenegro.
- PERNAMBUCO DE AGAMENON MAGALHÃES; Dulce Chaves Pandolfi.
- ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES; Pierre Nora. Projeto História, História e Cultura-10 PUC/SP.
- MEMÓRIA E CIDADANIA; Edgar De Decca. O Direito à Memória-Patrimônio Histórico e Cidadania. Prefeitura de São Paulo.